

V ENEC - Encontro Nacional de Estudos do Consumo

I Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo

Tendências e ideologias do consumo no mundo contemporâneo

15, 16 e 17 de setembro de 2010 – Rio de Janeiro/RJ

Política, Economia e Mediação Simbólica

Notas etnográficas sobre a experiência de transição a partir do Camelódromo de Porto Alegre

Moisés Kopper¹

Resumo

Este trabalho tem por objeto as disputas e processos de instituição do Centro Popular de Compras, o “Camelódromo”, na Região Centro de Porto Alegre. Com base na realização de observação participante multi-situada, discute-se, de um lado, as estratégias associadas à força persuasiva do Estado, ao colocar a necessidade de higienização e urbanização do espaço público e, no seio desse projeto, o deslocamento espacial e identitário de trabalhadores informais, que compunham a paisagem das ruas, do anonimato para a visibilidade jurídico-formal. De outro lado, problematiza-se, do ponto de vista local e processual, diferentes trajetos de transição fundados pelos camelôs afetados, atentando – a partir dos modos de subjetivação e de constituição da sensibilidade discursiva – para diferentes perspectivas de engajamento. O contraste entre duas modalidades de atores sociais operará, nesse sentido, como ponto de apoio para a problematização da tensão entre o projeto individualista do comerciante popular autônomo, de um lado, e o projeto identitário e coletivo dos camelôs refratários aos encargos simbólicos e pragmáticos demandados pela legalização de suas práticas, de outro. Dessa perspectiva, as estratégias de apropriação particulares da arquitetura do espaço passam por uma reelaboração semântica que constitui, ela mesma, a paisagem remodelada da transição: um dinâmico *betwixt-and-between* entre as memórias da rua, o projeto coletivamente gestado e constituído do novo espaço, e a lenta absorção *sui generis* da legalidade individualizadora do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Camelódromo, comércio informal, Estado.

1 – Introdução

Na iminência de completar o primeiro ano de atividades, ainda é cedo para sugerir a idéia de que o Camelódromo de Porto Alegre está instituído e funciona com suas próprias engrenagens e roupagens. Localizado na Praça Ruy Barbosa, em pleno “coração” da cidade – a algumas quadras da Prefeitura Municipal, do Mercado Público, e em duas das vias de comércio popular mais freqüentadas por compradores de todo o estado –, o

¹ Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: moiseskopper@royalnet.com.br.

“Camelódromo”, ou “Shopping do Porto”, na versão de seus idealizadores, ainda é uma surpresa para grande parte dos transeuntes, habituados ao cenário das compras de oportunidade, em vários pontos estratégicos das ruas do centro da cidade.

Do ponto de vista simbólico, o processo de transição suscitado pelo deslocamento de comerciantes populares das ruas para um empreendimento público permite considerar a instituição do Camelódromo enquanto *sistema* – na acepção sociológica do termo – na medida em que conecta, de maneira indissociavelmente política e física, a atuação pública de pelo menos três modalidades de agentes diferenciados que, entre outras coisas, do ponto de vista ideal, teriam o objetivo de discutir os critérios de operação e consolidação desta que é a primeira parceria público-privada da cidade². Há, de um lado, os agentes estatais (prefeitura municipal, secretarias de gestão, indústria e comércio, câmara de vereadores); de outro lado, os grupos sociais pleiteantes e afetados pelo processo – são estes os camelôs e comerciantes informais que durante várias décadas ocuparam as ruas do centro da cidade e que repentinamente se vêem na iminência dos processos de legalização e de negociação com o Estado, transfigurando uma relação historicamente pontuada pela oposição e pelo distanciamento sistemático da esfera pública. Há, ainda, um terceiro grupo de agentes – são os representantes da construtora do empreendimento – a empresa “Verdi Construções” –, com quem os camelôs deverão manter, doravante, uma relação contratual, jurídica e comercial de locação dos novos espaços de trabalho.

O projeto de concepção e planejamento de um Centro Popular de Compras que abrigasse os camelôs e comerciantes informais do centro de Porto Alegre não é um processo recente e precisa ser entendido a partir do campo de possibilidades macrossociológico que o instituiu. Se a sua implementação só se tornou possível nos últimos anos, é porque as alterações no modo de gestar e gerir a máquina estatal (SOUZA LIMA, 2002) trouxeram novas questões, novas políticas públicas e, por extensão, novas “necessidades” e injunções para fazer cumprir e levar a cabo o processo de *reurbanização e higienização* da Região Centro de Porto Alegre³. Trata-se de compreender o processo de transição a partir

² De acordo com o site da prefeitura de Porto Alegre, uma PPP “é uma parceria onde o setor privado projeta, financia, executa e opera uma determinada obra/serviço, objetivando o melhor atendimento de uma determinada demanda social. Como contraprestação, o setor público paga ou contribui financeiramente, no decorrer do contrato, com os serviços já prestados a população, dentro do melhor padrão de qualidade aferido pelo Poder concedente”. No caso do Camelódromo, trata-se de uma concessão de área pública à iniciativa privada, que poderá explorar integralmente o espaço durante 25 anos, sem contrapartida financeira direta do poder público sobre esses encargos de locação.

³ As principais modificações previstas pela reurbanização do centro estão colocadas no programa “Viva o Centro”, que “procura estimular, além do seu caráter predominantemente de comércio e serviços da área central, outras vocações importantes e compatíveis com seu potencial econômico, cultural e ambiental, melhorando as condições gerais do bairro. Volta-se, desta forma, para questões como a paisagem, a recuperação de prédios e áreas públicas, o transporte coletivo e individual, a segurança, a moradia e o

de suas interfaces com as estratégias de governamentalidade (FOUCAULT, 1979) associadas à força persuasiva do Estado: é no interior desse contexto mais amplo – que tem por escopo, entre outras coisas, a tentativa de produção de uma memória e de uma espacialidade legítimas, baseadas no ideal da cidade cosmopolita e pretensamente multicultural, que a questão do camelódromo foi politicamente enunciada, discutida e implementada. O Estado opera, aqui, como um agente privilegiado nesse sistema de posições relativas, cuja constituição histórica não é menos relevante para o entendimento dos entrecruzamentos e tensionamentos entre as políticas públicas relativas às imagens associadas ao centro histórico e à ocupação do espaço urbano, de um lado, e os usos efetivos, individuais e coletivos, desenhados pelos cidadãos na arquitetura social e simbólica da cidade, de outro.

O ponto fundamental está em que a instituição de um espaço de produção de pequenos comerciantes populares – em substituição à categoria de “camelô” – está amparada por um projeto moderno de legalização e visibilização da mão-de-obra trabalhadora, de vez que passa a concentrar vendedores “ambulantes” – isto é, dispersos pelas ruas, sem ponto fixo e, portanto, sem grandes chances de fiscalização legal contínua – em um único e denso espaço, em uma região geopolítica estratégica para a vigilância e o esquadramento de suas movimentações e ações. Do ponto de vista subjetivo, porém, esse movimento objetivo traz um desajuste cognitivo que coloca em suspenso antigas categorias de avaliação e apreensão da realidade, ao mesmo tempo em que busca inscrever, nesse *habitus* em transfiguração (BOURDIEU, 1983; 2001), novas estruturas ou parâmetros de inteligibilidade, associadas a mudanças em termos de projetos de vida (VELHO, 1981). Por sua vez, isso se reflete em modificações lingüísticas e perceptivas, isto é, no modo como reconhecem a si mesmos como sujeitos dessas novas experiências, um modo de *narrar* e de *estar* na história e na modernidade.

Se, como quer Sahlins (1997), a conjuntura atual impõe a investigação dos múltiplos processos de indigenização do mundo moderno, então uma das chaves interpretativas para a compreensão da dinâmica das configurações que tem por pano de fundo a implantação de um modelo específico de camelódromo está em partir, do ponto de vista metodológico, das estratégias de “resistência cultural” empreendidas por diferentes grupos de camelôs na adequação e apropriação desse projeto. A dinâmica da transição, entendida enquanto um espaço-tempo *sui generis* a meio caminho entre a cosmologia da rua e o código idealizado subjacente ao Camelódromo, fica mais bem definida a partir dos

comércio informal. O trabalho é desenvolvido através de um conjunto de ações”. Dados extraídos do site <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/>, acessado em 18.07.2010.

itinerários daqueles indivíduos que, a partir da constituição de um *trajeto de resistência*, ou de um projeto *coletivo* de deslocamento, impõem restrições, tensões e ressignificações em relação à intervenção estatal – fundamentada, por sua vez, na idéia de uma conversão total à perspectiva individualizadora (pois que produtora de um novo *self*) e esquadrihadora subjacente ao projeto de urbanização da cidade. Torna-se possível indagar, assim, de uma perspectiva micro-processual, a respeito dos contextos de produção e elaboração da paisagem imagética e mitoprática da transição, a partir dos trajetos espaciais e temporais específicos (DE CERTEAU, 1994) pelos quais os comerciantes populares se apropriam semanticamente dos novos espaços de ambiência da sociabilidade (que são *também* espaços de comércio, mas de fluxos de imagens e objetos constitutivos de um comércio dependente e construído a partir desses itinerários e movimentos pelas ruas, calçadas, bancas e corredores do Camelódromo).

2 – A figura do líder e a dramatização narrativa da transição

Uma investigação etnográfica das disputas que vêm sendo travadas desde o processo de discussão dos critérios de acesso e implantação do Camelódromo, passando por sua efetiva implementação, deixa entrever as noções de pessoa (DIAS DUARTE, 1986; DUMONT, 1985; GOLDMAN, 1999; MAUSS, 1974) que subjazem às elaborações narrativas de resistência ao enquadramento. O contraste entre duas modalidades de atores sociais – cujos “tipos ideais” são condensados pela agência das próprias lideranças que representam cada uma das comunidades de sentido – operará, nessa perspectiva, como ponto de apoio para a problematização da tensão entre o projeto individualista do comerciante popular autônomo, de um lado, e o projeto identitário e coletivo dos camelôs refratários aos encargos simbólicos e pragmáticos demandados pela legalização de suas práticas, de outro.

No seio da clivagem entre os blocos A e B do empreendimento⁴ – que significa, também, uma sedimentação entre as várias perspectivas de atuação política e social dos comerciantes –, venho acompanhando etnograficamente as manobras e os itinerários de um grupo de camelôs que estiveram à testa da discussão dos processos de implementação do Camelódromo em Porto Alegre. Trata-se da Associação Feira Rua da

⁴ O camelódromo conecta a Avenida Voluntários da Pátria à Mauá, através de uma passarela de dois corredores que entrecruzam a avenida Julho de Castilhos –, ao mesmo tempo em que estabelecem uma clivagem entre os blocos A e B do empreendimento. Simultaneamente uma divisão física e metafórica, cumpre observar, do ponto de vista antropológico, as apropriações simbólicas dessa diferenciação, isto é, os modos pelos quais as diferenças na alocação e distribuição de comerciantes populares oriundos de diferentes segmentos da rua e perspectivas de engajamento são ressignificadas, com base na arquitetura e dos espaços estratégicos do prédio, em termos de uma oposição entre o bloco A e o bloco B do prédio.

Praia (ASFERAP), fundada em 2001 pelo seu atual presidente – Juliano Fripp –, com o objetivo inicial de escapar ao rótulo estereotipado da categoria de “camelô”, valendo-se, em detrimento, da expressão – politicamente mais polida e amena – de “feirante” para justificar a sua atuação ao longo da rua dos Andradas, localizada no centro da capital gaúcha. Seus pouco mais de duzentos membros, de início constrangidos pelo carregada expressão “camelô” – já que, como micro-produtores independentes de artigos de vestuário, consideravam-se algo “mais” que vendedores de quinquilharias – passariam, com a implantação e as conseqüências do projeto do Camelódromo, a reinventá-la e mesmo invocá-la em favor de uma categorização identitária do movimento social, como o baluarte das lutas e disputas políticas que seriam travadas para resguardar seu direito de permanência nos boxes do shopping popular.

A trajetória da transição e os significados desse percurso de resistência, tornada inteligível pelos usos estratégicos e públicos da palavra narrada e pela circulação por diferentes espaços públicos de Porto Alegre, pode, assim, ser mais bem descrita a partir dos itinerários de Juliano Fripp e de sua comunidade. Filho de pequenos agricultores, atualmente residente em Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, Juliano, como liderança comunitária, intersecta em suas movimentações e estratégias discursivas uma diversidade de agentes e instituições sociais. Trata-se, pois, de um ponto de vista particular, ainda assim coletivo – uma dada posição social no campo de forças e de possibilidades culturais –, que é atravessado pelos processos globais e macro-sociais em gestação num recorte temporal e espacial específico.

Começar a falar em Camelódromo, pra mim, pra muitos é bem antes, mas pra mim é falar em 1990, quando a gente foi pra Rua da Praia trabalhar com o comércio informal, por uma questão de necessidade pura, por não ter emprego (...). E lá a gente encontrou muita gente como a gente, que por necessidade extrema acabam indo pra rua, porque é a única forma que as classes dominantes deram pra nós e continuam dando. Então na rua a gente achou a dignidade, a maneira de poder trabalhar e sobreviver. Então esta luta começa desde 1990, a gente se organizando pra chegar o momento de que os espaços que a gente pudesse trabalhar fossem dignos, um espaço que a gente pudesse mostrar pra sociedade o valor que nós temos⁵.

O debate dirigido em torno da concepção de um projeto de Camelódromo que acomodasse grande parte do trabalho informal distribuído quase que aleatoriamente pelas principais calçadas e avenidas do centro da cidade ganhou forma a partir de 2002, com a elaboração de um shopping vertical fundamentado no projeto arquitetônico de Belo Horizonte, que viria a ser apresentado em 2005 aos então “ambulantes” pela Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC).

⁵ Excerto de discurso proferido durante Reunião na Comissão de Direitos Humanos/Câmara, 28/08/2008.

Aí a gente já via a ânsia dos políticos, a ânsia da sociedade, de tirar nós da rua. E começamos desde aquela época a se organizar pra ter esse espaço digno. (...) Fizemos uma grande manifestação em Porto Alegre rechaçando a idéia do Camelódromo vertical. Fizemos uma grande passeata, lotamos o plenário, entregamos um abaixo-assinado com 15mil assinaturas, dizendo que espaço de camelô era na rua! Era espaço horizontal! E partir daquele momento surgiu a idéia do camelódromo horizontal na Ruy Barbosa. (...) E nós, ASFERAP, com muito orgulho, aceitamos, porque ali a gente via um espaço horizontal digno dum grande movimento, que atraía muitas pessoas pro seu terminal pra *continuar sendo* nossos clientes. A partir desse momento a gente começou a trabalhar com o secretário Leo Bulling a construção do projeto desse camelódromo⁶.

Com efeito, as incursões entrecruzadas de diferentes segmentos representantes do comércio informal – entre os quais, destacadamente a ASFERAP, através da agência discursiva de seu presidente fundador – produziram uma série de disputas e negociações que envolvem o acionamento reiterado de múltiplas esferas do Estado e da Justiça, cuja análise exaustiva escapa aos objetivos circunscritos por este artigo⁷. O ponto a destacar, contudo, está que tais contextos de discussão permitiram ao líder comunitário a experiência subjetiva da participação na tomada pública das decisões a respeito da condução da política paisagística, arquitetônica, social e econômica da cidade, de tal forma que lhe autoriza colocar a questão como resultado de um acordo de diferentes partes, em que a sanção e a deferência da ASFERAP desempenharam, supostamente, papel central. É a partir desta experiência, pois, que a aceitação do projeto horizontal de camelódromo adquire sentido. Não obstante, trata-se, aqui, apenas, de um acolhimento parcial, posto que dependente de quais sejam as condições simbólicas relativas à preparação do processo de transição, e a *quem* caberá enunciá-las. Se a aliança com os agentes estatais se faz possível, ela só pôde se tornar pensável na medida em que representou a possibilidade remota de barganha dos termos e critérios objetivos do deslocamento⁸.

Aí começa uma luta que a gente desde o início acreditou que seria *verdadeira*. (...) Assim como os vereadores acreditaram nesse camelódromo, nós também acreditamos nele. Acreditamos que as propostas que a gente tava levando pro

⁶ Excerto de discurso proferido durante Reunião na Comissão de Direitos Humanos/Câmara, 28/08/2008.

⁷ Um dos espaços privilegiados de enunciação e problematização dessas questões, ao longo dos anos prévios à inauguração da obra, e que representou, para a ASFERAP, um dos elementos fundamentais de instrumentalização e empoderamento para a realização desse debate (tanto em termos das possibilidades de discussão do tema, quanto em relação às habilidades discursivas acionadas para a expressão na arena pública), foi o Fórum Regional de Delegados e Conselheiros (FROP) da Região Centro do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Ao longo dos dois anos em que acompanhei sistematicamente as reuniões semanais realizadas na Sala 10 do Mercado Público, observei a dinâmica da constituição e do rompimento estratégico das alianças e reciprocidades que se desenhavam em torno da discussão sobre a finalização da obra, de um lado, e a tensão subjetiva da transposição, de outro. Juliano, de forma particular, ocupou as instâncias diretivas do FROP Centro como delegado e conselheiro durante vários mandatos consecutivos, além de ter participado, no último mandato, como conselheiro da Temática de Desenvolvimento Econômico.

⁸ Durante todo o ano de 2008, a constante exposição à mídia em função dos conflitos com outros setores e agentes sociais envolvidos na disputa pelo Camelódromo, bem como as diversas manifestações públicas em favor da rediscussão do projeto e da transposição dos camelôs, fizeram-no candidatar-se a vereador de Porto Alegre, pelo PCdoB. Apesar de seu prestígio político e das várias incursões durante a campanha pelas comunidades da Região Centro do OP, em que se consolidou como liderança, Juliano fez cerca de 900 votos, o que o colocou numa distante posição de suplência, muito aquém de suas aspirações iniciais.

então secretário seriam aceitas. Acreditamos que os espaços seriam de 2 por 2. Acreditamos que o valor seria de R\$ 200 a R\$ 250. Acreditamos que a gente teria acesso à engenharia da obra, porque é a nossa segurança, de quem vai estar lá dentro daquele espaço, que tá em jogo. Só que nada disso aconteceu! (...) Nós entramos na justiça, e infelizmente perdemos na primeira instância! E fomos lá escolher os pontos porque a SMIC ia usar isso contra nós. Nós chamamos a ASFERAP e fomos lá escolher os nossos pontos, os últimos a escolher, *os últimos!* Porque a gente tentou até o fim! Escolhemos o nosso ponto pra não perder. Mas mesmo assim a gente não se entregou e não vai se entregar.

* * *

Alfonso Limberger é representante da “Associação Comercial do Centro Popular de Compras”, que reúne cerca de 300 comerciantes populares; atua também como conselheiro titular da Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo do Orçamento Participativo de Porto Alegre; foi coordenador, durante vários anos, da Comissão “Praça XV, José Montauray e Vigário José Inácio”, a partir de cuja perspectiva participou dos debates relativos à instituição do Camelódromo. Este é um dos atores sociais de destaque com quem Juliano disputa a hegemonia e o monopólio da representação dos comerciantes populares. Alfonso foi um dos primeiros comerciantes a se instalar, há mais de 25 anos, na Praça XV, em oposição a Juliano, liderança de ascensão e articulação mais recente, cuja associação foi fundada há menos de 10 anos. Suas posições quase antagônicas na maioria dos assuntos concernentes ao Camelódromo – e à política, de maneira geral –, refletem espaços de posicionamentos sociais heterogêneos, que conduzem a diferentes estratégias de enunciação e construção do *self*. Enquanto Juliano era favorável à utilização do *sorteio* como critério de divisão e concessão das bancas, Alfonso defendia o critério de antiguidade como legítimo. O *voto de minerva*, que coube à Prefeitura Municipal, através da SMIC, instituiu o tempo de permanência na rua como o critério mais adequado para a divisão dos espaços. Desde então, as disputas e posicionamentos de cada um dos líderes tem sido associadas a facções e clivagens políticas: Alfonso, que desde o início da concepção do empreendimento procurou minorar e obscurecer os problemas apontados por Juliano, passou a ser identificado como representante do governo na decisão e nas negociações em torno da questão. Juliano, que, vinculado à ASFERAP, obteve os pontos de menor prestígio e visibilidade, atribui o fato a reveses políticos e a negociações de bastidor, atravessadas por tais pertencimentos estratégicos que fundamentam o campo da política convencional. De forma que se instituiu, do ponto de vista discursivo e das estratégias de politização e instrumentalização dos símbolos da transição nos espaços da esfera pública, uma antinomia entre os pertencentes à facção governamental e aqueles cuja sensibilidade e mediação política estariam voltadas à comunidade de camelôs afetada pela implantação do projeto cidade.

Se, por um lado, Juliano e Alfonso podem ser entendidos como arquétipos de posicionamentos estratégicos relativos ao processo subjetivo de transição, enquanto lideranças que consolidam e concentram em seu entorno modalidades distintas de produção do *self*, da individualidade e da sociabilidade nesses espaços, por outro lado as diferenças no processo de constituição dos atributos e das habilidades que os transfiguram em atores sociais destacados obedece a lógicas distintas que, em última instância, fazem referência a duas perspectivas antagônicas de concepção da cosmologia moderna de experiência da legalidade. O itinerário de Alfonso, desde o período anterior à inauguração do prédio, era pontuado por entrevistas em diferentes veículos de comunicação, acentuando as conseqüências positivas e construtoras de um sentido autônomo de individualidade materializado na própria fluidez e naturalidade com que empregava, discursivamente, a categoria de “comerciante popular”. Trata-se, aqui, de forjar e gestar, criativa e individualmente, uma nova interioridade pela qual a experiência da transição adquire sentido quase imediato: o projeto da translocação, gestado no interior de um campo de possibilidades afeito e simpático ao movimento ascético do empreendedor comercial, é elaborado progressivamente ao longo dos meses que antecederam à inauguração e adquire a idéia de uma mudança global das condições objetivas e subjetivas de vida. Nesse caso, portanto, a transição equivale à preparação e elaboração imagética de um futuro esperado e projetado, em que o ritual da inauguração do prédio aparece apenas como a passagem instantânea para uma nova fase cuja absorção e realização das condições objetivas encontra correspondência no sujeito que as desejou e imaginou (BERGER E LUCKMANN, 1983; SCHÜTZ, 1979).

Alfonso é o protótipo do bom cidadão ideal e convertido, cujas estratégias de transição encontram respaldo nos itinerários e trajetos de vários outros comerciantes populares cujo “sucesso” em termos de comercialização foi apenas alimentado e encontrou correspondência nas expectativas subjetivas que gestavam desde a concepção do projeto: aqui, não é tanto a percepção e a realização das mudanças objetivas (em termos de uma readequação total do perfil da clientela, da estrutura física do prédio e, conseqüentemente, da oferta de mercadorias específicas) que conduz e explica o sucesso, mas, antes, a predisposição à aceitação do projeto como produtor de positividade, isto é, de um novo sujeito que é capaz de atribuir a todas estas mudanças o sentido do “progresso”, da “dignidade”, da ascensão social, enfim, da percepção e do léxico do “sucesso”. Que o fluxo de vendas diminua ou varie em relação às expectativas de propulsão arquitetadas em relação às condições encontradas outrora na rua, isso não é atribuído a pretensas falhas de projeção do que é estar no Camelódromo; a predisposição subjetiva à aceitação das

novas condições de comercialização e sociabilidade permite que os entraves e problemas que emergem no traçado desse deslocamento para a legalidade sejam definidas e situadas, invariavelmente, no sujeito que as experimenta: é porque o sujeito não se adequou completamente à imagem do novo comerciante e, logo, porque a transição não foi completamente incorporada, que as vendas não alavancaram. De mais a mais, não é o utilitarismo que explica a conversão ao Camelódromo: não se trata de reduzir a aceitação ou o rechaço ao arquétipo do cidadão comerciante como diretamente proporcional à intensidade dos fluxos de comercialização. Não deixa de ser significativo que, no protótipo encarnado por Alfonso, mesmo os períodos de baixo fluxo de comércio não se traduzam em pretextos para críticas ao projeto (ao contrário, elas estimulam novos esforços de conversão às estratégias do modelo gestado pelo Estado); e, inversamente, no protótipo materializado por Juliano, também os períodos de intensificação do fluxo de comércio não deslegitimam as diversas estratégias de condenação do modelo autônomo e individualista de comerciante (ou seria micro-empresário?) popular.

De fato, a adesão incondicional ao léxico do “sucesso” coloca em jogo a necessidade de superação dos entraves à conversão: não é que as condições objetivas da transição (como os encargos com alugueis, as novas obrigações em termos de horários, práticas, técnicas e expectativas de comercialização) não desempenhem um papel importante no processo de aceitação do projeto, mas, antes, que não se pode explicar a predisposição subjetiva à incorporação dessas injunções exclusivamente por uma avaliação de custo-benefício economicamente direcionada. Deste ponto de vista, a adesão total à perspectiva individualista traz consigo, também, a incorporação dos sacrifícios e ônus necessários ao usufruto da categoria de “cidadão de direitos” (fundamentada, por sua vez, na instrumentalização de uma série de símbolos econômicos que conferem prestígio, status e “dignidade” a esse indivíduo em gestação), percebidos em seu aspecto de positividade, de forjadura desse novo sujeito.

Alfonso não é um líder particularmente dotado de habilidades de condução e manipulação das fronteiras de uma comunidade de pertencimento simbólico, entre outras coisas, porque a natureza de sua liderança não lhe demanda o emprego de tais competências: trata-se, aqui, de gerir não uma comunidade (que representaria uma experiência coletiva de transição), mas o ajuntamento de um grupo de indivíduos em gestação, compartilhadores de uma mesma predisposição subjetiva acerca do projeto do Camelódromo e que, uma vez resolvidas as pendengas relativas ao processo de conversão, poderão tratar do que “realmente importa”: o fluxo de vendas comerciais. O trabalho de Alfonso, enquanto líder,

consiste, então, em captar, através de suas circulações pelos bastidores do Camelódromo, este novo perfil de comerciante popular autônomo, e canalizar suas expectativas por intermédio da associação que preside, ao oferecer inúmeras vantagens, todas de caráter econômico. É a conversão à lógica utilitária do processo econômico da circulação de mercadorias que sinaliza, pois, neste caso, o êxito do processo de transição.

Ao contrário, a comunidade de pertencimento que se concentra em torno da figura do líder *comunitário* – nomeadamente, como é o caso, aqui, de Juliano – lhe demanda, entre outras habilidades, o *exercício da palavra* como instrumento de legitimação e instituição das fronteiras simbólicas para o entendimento da experiência da transição. Deste ponto de vista, o líder comunitário figura como um *narrador privilegiado* – não somente porque a ele são dirigidas as expectativas em torno do uso da palavra, mas sobretudo porque são os seus atos de enunciação que instituem e dão o tom da temporalidade particular que caracteriza o processo de transição daquela comunidade de comerciantes populares. É através do emprego de certas técnicas narrativas e habilidades performáticas – que visam, entre outras coisas, articular eficazmente diferentes universos simbólicos – que o líder comunitário constitui de um lado, a sua reputação enquanto mediador político e, de outro, o espaço dos possíveis para a dramatização narrativa dos símbolos e das imagens da transição. A eficácia simbólica do discurso ritual depende, assim, de fazer articular estrategicamente – isto é, de acordo com cada espaço ou campo de atuação – o tempo específico do ato enunciado com o tempo do próprio ato de narração (RICOEUR, 1994). É desse ajuste que resulta a produção de sentido sobre o processo simbólico da transição.

A dinâmica das relações entre a construção coletiva de apropriação simbólica do projeto do Camelódromo e as implicações deste campo de possibilidades em termos das formas de sociabilidade pode ser mais bem sintetizada no próprio uso discursivo de Juliano da categoria “camelô”, em oposição à de “lojista” ou de “empresário”. Trata-se, aqui, de um jogo estratégico e ambivalente que o líder sabe ser de alto valor simbólico: ao mesmo tempo em que não se está preparado para assumir os encargos financeiros e simbólicos da nova posição social e cultural que a figura do “comerciante” impinge, Juliano também não despreza – chegando, inclusive, a postular – as novas prerrogativas e vantagens que a mudança de status institui: “Aqui nós somos diferenciados!”. É uma articulação que tem em vista as sensações, as impressões e os impactos subjetivos do processo de transição, e que pressupõem o acionamento dinâmico e concomitante do léxico individualista e holista (DUMONT, 1985) na definição dessa diferenciação como a *espessura* da fronteira que caracteriza a ambivalência existencial de seus interlocutores –

que não se situam nem aqui nem lá (TURNER, 2008), mas neste espaço de liminaridade e transitoriedade simbólica entre o universo anônimo da rua e o universo da visibilidade e da legalidade intrínseco ao Camelódromo. É, portanto, esse jogar e flertar estratégica e parcialmente com cada um desses universos de significado, sem comprometer-se a uma adesão axiomática e irreversível, que caracteriza a própria natureza da transição enquanto uma fronteira que promove a mediação e articulação (DE CERTEAU, 1994).

Do ponto de vista das imagens e narrativizações associadas ao processo de transição, estaríamos mesmo tentados a afirmar que, de fato, pelas estratégias simbólicas que faz empregar, esse deslocamento produz uma nova apreensão cosmológica da realidade que, além do mais, atravessa a constituição desse novo *self* – coletivo ou individual – em desenvolvimento e movimento simbólicos. A narração ilustra assim, ao mesmo tempo em que extrapola os limites do discurso para concentrar-se no símbolo, uma inversão da espacialidade e do tempo em relação à experiência da rua: se na rua tratava-se de *ocupar* o lugar, espacializando-o com seus circuitos, apropriando-se com as redes de sociabilidade cujo entretecimento e margem de manobra pareciam irrestritas e quase atemporais, no camelódromo é a delimitação do tempo que ocupa lugar central e constrange os movimentos possíveis de espacialização. Sobretudo, é a racionalização e a preeminência da percepção do tempo enquanto categoria social que decompõem o ciclo espacial e social da rua em linhas contínuas, horizontalizadas, padronizadas, estendidas uma ao lado das outras para a produção da visibilidade e da maximização da distribuição física do espaço. São as tentativas de homogeneização da percepção do tempo e do espaço que se pretendem extensões materializadas da autonomia, da isonomia, da equanimidade, enfim, da clássica relação indivíduo-sociedade que tão bem caracteriza o modelo funcional-estruturalista – e, por extensão, individualista – do sujeito no mundo. Tais tentativas dão o fundamento ao trabalho de mediação, de transição, de articulação em que o líder desempenha papel significativo, na medida em que permitem instituir uma conciliação criativa e dinâmica através do relato, da significação simbólica, da narração da experiência que institui um tempo e um do espaço a meio caminho entre a rua e o camelódromo.

3 – A ASFERAP E OS CAMINHOS DELINEADOS PELO PROCESSO DE TRANSIÇÃO

Se nos é dado persistir no caso de Juliano enquanto protótipo de transição coletiva – que, de mais a mais, opera paradigmaticamente, como líder comunitário, na delimitação dos espaços de narração e criação da transição, bem como na dramatização desse pertencimento – então um rápido exame das estratégias desencadeadas ao longo dos primeiros meses da experiência do Camelódromo poderão ilustrar os argumentos que se

acaba de propor. Os itinerários de Alfonso Limberger e Juliano Fripp estavam por se entrecruzar, doravante, em diversas ocasiões, muito embora constituíssem, cada qual à sua maneira, projetos radicalmente distintos. Com a inauguração, Alfonso, por exemplo, tratou de reagrupar os colegas de profissão – que compunham até aquele momento a Comissão “Praça XV, José Montauray e Vigário José Inácio” – sob o jugo de uma nova associação que a partir daquele momento carregaria consigo o sinal dos novos tempos e a marca distintiva do projeto de indivíduo que representavam: trata-se da “Associação Comercial do Centro Popular de Compras”, que tinha por escopo proporcionar, como o nome deixa entrever, cada vez melhores condições de trabalho, através da incrementação da infra-estrutura do prédio, das condições de trabalho (que incluíam desde a oferta de novas mercadorias até a proposição de cursos de capacitação técnica, a fim de amplificar o fluxo de vendas) e, com isso, proporcionar uma experiência individualizadora e moderna mais completa e íntegra ao sujeito que busca as vantagens propiciadas por sua entidade.

Juliano, por sua vez, tratou de fundamentar e institucionalizar sua posição (e reputação) como o líder comunitário mais adequado e apto ao exercício da função de mediador político, cargo que o acúmulo de capitais e habilidades, como a arte retórica, o uso público da palavra e a rede de sociabilidades e competências técnicas e pessoais lhe conferiam. Nesse sentido, tratou de lançar imediatamente – tão logo abriram-se os espaços de trabalho – a sua candidatura ao Comitê Gestor do Camelódromo, órgão instituído pelo estatuto interno e composto por uma representação tripartite que inclui um membro da SMIC, outro da empresa que obteve a concessão (Verdicon Construções) e três comerciantes populares titulares de bancas. De fato, o processo de escrutínio pelo qual Juliano foi eleito e consagrado representante oficial dos comerciantes populares, obtendo mais da metade dos votos válidos, teve lugar no dia 16 de fevereiro de 2009, portanto, na semana seguinte à abertura do complexo.

O rito de passagem, além de permitir demarcar dramatizada e cerimonialmente a transição de status de Juliano no que tange ao seu processo de representação e de acesso aos espaços de uso público da palavra, é fundamental para a compreensão dos caminhos delineados por aqueles camelôs que percebiam na possibilidade de representação de seus interesses – e, conseqüentemente, na necessidade de formação de uma comunidade de pertencimento – o único caminho possível para a produção de um espaço subjetivo capaz de acomodar um determinado *projeto coletivo* de produção da transição. Aqui, é o líder que dará o tom da narrativa e, subseqüentemente, o espaço dos possíveis simbólicos para a edificação dos símbolos de percepção da transição por parte do comerciante ordinário que

dramatiza esse pertencimento ao grupo: sem essa elaboração, as estratégias de resistência não poderiam ser canalizadas pelos interstícios do poder enquadrador do Estado.

Juliano procura, pelas estratégias que coloca em prática, amalgamar o “melhor dos dois mundos”, ao aventar, por exemplo, a minoração das rupturas (a própria idéia de horizontalização dos novos espaços sugere a minimização dos esforços necessários à transposição da escada de acesso do prédio⁹), ou ao manter intacto o nome de sua associação após o deslocamento para o Camelódromo (propõe-se, aqui, que o nome simboliza e tipifica o pertencimento identitário que o líder dramatiza enquanto mediador, e a sua alteração poderia descrever a própria tentativa de conversão ao projeto individualista). Juliano busca, enquanto representante institucionalmente empoderado, o caminho da negociação das *condições de comercialização*, na tentativa de fazê-las convergir às expectativas de sua comunidade através da proposição de períodos de carência ou zoneamento do valor dos aluguéis – para quem, essencialmente, trata-se de emular, em todos os aspectos materiais e existenciais, as dimensões da experiência vivida nos contextos da rua. Uma vez captados e produzidos, portanto, os pontos de amarração que engendram a ponte simbólica, caberá ao líder organizá-las em termos de um programa de itinerários a partir de cujo devir o fenômeno de transição deverá ser vivenciado.

Esse “trajeto” de resistência (DE CERTEAU, 1994), o líder o construirá recorrendo às mesmas instituições que outrora colocaram, discutiram e aprovaram, em termos legais e jurídicos, seja a necessidade de transposição, seja a tramitação imprescindível à construção da obra. É assim que, após os dois primeiros meses de atividades – marcados por turbulências, confusões e tímidas tentativas de negociação interna das condições de comercialização e de divulgação do novo empreendimento que, de outra parte, recrudescem as diferentes perspectivas de engajamento subjacentes à apropriação do novo espaço – Juliano convoca a todos os “comerciantes” com espírito e identidade de “camelôs” a assumirem seu quinhão de responsabilidade e comparecerem à Tribuna Popular da Câmara de Vereadores, que veio a ser realizada no dia 30 de abril de 2009. O evento reuniu cerca de 600 camelôs no auditório principal da casa: iniciava-se, naquele momento, o processo de mediação política encabeçado por Juliano e sua comunidade, na

⁹ A *escada de acesso* ao segundo pavimento do Camelódromo (onde funcionam as lojas) funciona, de fato, como o operador, por excelência, da transição, desse movimento que conduz do corredor da rua para o corredor do prédio, da informalidade em direção à legalidade. É ela que faz a fronteira, ao mesmo tempo em que media e articula, isto é, cria uma comunicação metafórica que separa a imagem do passado e do devir. Não é por outra razão que alguns comerciantes populares referem-se com desdém aos “cavalos” ou camelôs que ocupam a escada de acesso, na tentativa de chamar clientes para o Camelódromo, para as lojas da Voluntários da Pátria, ou mesmo na tentativa de comercializar produtos falsificados, expostos, por sua vez, em um “catálogo” que carregam à mão.

tentativa de estabelecer pontes de comunicação com os espaços da Câmara, que repercutiriam, em longo prazo, na realização de seis reuniões do Comitê Gestor do Camelódromo com a Comissão de Finanças e Tributação (CEFOR), distribuídas entre os meses de maio e outubro de 2008, bem como a mobilização coletiva, pontuada por protestos e passeatas, em frente à prefeitura municipal.

O segundo semestre de 2009 iniciou em meio a um clima de tensão e efervescência para os comerciantes populares envolvidos com a mobilização política na Câmara de Vereadores. De um lado, o evento da Tribuna Popular, em meados de abril, produziu um ambiente de expectativas positivas com relação ao tão propalado e aguardado papel de intermediação das autoridades públicas em relação aos conflitos que se acumulavam entre os comerciantes inadimplentes e a administração do Camelódromo. De outro, a intensidade dos debates durante as primeiras reuniões na CEFOR, realizadas num intervalo de apenas duas semanas – com a presença maciça de vereadores e, inclusive, do próprio secretário da SMIC, Idenir Cecchim – deu novas razões para que os comerciantes acreditassem numa possível solução dessas pendengas, ao mesmo tempo em que fortaleciam e recrudesciam os ânimos para suportar as incertezas da transição, materializadas e acumuladas nas dívidas, nos problemas e nas crises de identidade. O mês de junho, contudo, arrefeceu as tramitações – foi realizada apenas uma rápida e reunião que sequer contou com a presença de todos os vereadores da comissão.

Ao longo do mês de julho e de boa parte de agosto a questão não tornou a ser discutida na Câmara. Enquanto as pessoas pareciam cada vez mais assombradas pela postergação das decisões e negociações, o acúmulo das dívidas de aluguel sem uma resolução objetiva, Juliano continuava atipicamente sereno. Várias são as pessoas que, no cotidiano da experiência da transição, nos boxes e corredores do Camelódromo, interceptam o trajeto de seu líder para perguntar-lhe sobre o andamento das reuniões, ao que ele retruca, simples e vagamente, “que as coisas estão avançando”. Esses momentos de convocação para dar explicações são, portanto, as ocasiões em que compete proceder à adequação e compatibilização da morosidade da burocracia estatal com a premência das demandas locais; dos interesses dos políticos de ofício com os interesses comunitários:

Eu não me preocupo muito com isso, porque enquanto a coisa ficar assim, em suspenso, eles não vão poder fazer nada. A SMIC não vai poder despejar porque eles vão estar desrespeitando a Comissão instituída e a Câmara Municipal. (...) Mas nós não podemos pagar o aluguel, porque nós não estamos vendendo o suficiente para isso. *Ninguém* pode pagar! Se eu começo a pagar o aluguel, e daqui a pouco o nosso amigo ali não vai ter condições de pagar aí a gente vai estar ferrando com ele! Nós temos que *segurar junto!* Nós temos que lutar pela nossa *anistia!* Porque a idéia do Cecchim é fazer uma *lavagem cerebral* na gente, ele quer convencer a gente que o problema é *nosso*, ta nas *nossas* bancas, nas *nossas* mercadorias.

Nós temos que segurar junto e vamos até a frente da prefeitura para protestar! Nós não podemos deixar que eles nos desarticulem aqui dentro, nós temos que conservar a unidade do movimento a todo custo!

Juliano contou-me, em algumas das visitas que realizei ao Camelódromo em agosto, que Casagrande teria notificado, numa sexta-feira, um comerciante do bloco A, com várias semanas de aluguéis atrasadas.

Isso aí foi uma nova tentativa do Cecchim para ver como estão os nossos ânimos e ver quais são as nossas estratégias! Ele quis nos testar! Ele mandou uma só notificação para ver qual seria a nossa reação. *E não é que a mulher se apavorou?* Ela saiu correndo, vendeu o notebook dela, e pagou todas as dívidas. Desse jeito não dá, se as pessoas se esquecem que a gente tá aqui num movimento e numa luta para tentar conseguir essa anistia, aí não dá! É justamente isso que o Cecchim queria e tava esperando que a gente fizesse! E aí ela nos ferra e vai lá pagar tudo! Nós temos que segurar juntos pra que ninguém ceda às notificações! Se não, o movimento descamba!

Apesar de não atingir direta ou materialmente a comunidade de Juliano, as notificações distribuídas entre os comerciantes do bloco A afetam subjetiva e emocionalmente a estruturação simbólica de todo o processo de transição para aqueles camelôs à espera de uma resolução oriunda da Câmara. De modo que a ambiência produzida pela emissão de notificações em um dos setores implica a gestação de sentimentos de apreensão e incerteza intensificados, de outra parte: além de imaginarem que serão os próximos notificados, surgem também as sensações de revolta, de insegurança que conduzem à demanda pelo retorno ao espaço – mesmo que doravante ilegal – da rua. O senso de pertencimento comunitário fica parcialmente abalado e perde um pouco de sua coesão em termos de agência política, de modo que caberá ao líder operar, nesses interstícios simbólicos, como o articulador e renovador, por excelência, das disposições subjetivas imprescindíveis à mobilização da coletividade.

Enquanto conversávamos, Juliano e eu, na Praça de Alimentação do Camelódromo, uma velha senhora veio ao seu encontro, o semblante abatido, uma notificação em mãos, recebida a pouco por um dos fiscais da SMIC. Tratava-se de um aviso de despejo. Ela chorava, balbuciava, insegura, e Juliano reanimou-a, utilizando-se de quatro estratégias discursivas: em primeiro lugar, fazendo crer de que aquela senhora era parte de uma coletividade, de um movimento social reivindicatório, e de que há um acordo político que assegura a permanência de todos os comerciantes populares no Camelódromo. Em segundo lugar, a manipulação da religiosidade e, em particular, da crença em Jesus; em terceiro lugar, uma diminuição simbólica da figura do fiscal, na tentativa de fazer perder o medo do poder coercitivo e vigilante do poder público contra os camelôs; em quarto lugar, a ênfase na cidadã de direitos, na idéia de que não há somente deveres, mas também direitos a serem respeitados, e que participar de um movimento organizado e deixar de obedecer a uma injunção legal pode significar, igualmente, o respeito aos direitos do indivíduo.

[Juliano] A Senhora não pode ficar assim! A senhora faz parte de um movimento! Nós temos um acordo com a prefeitura! Até o dia 15 de dezembro não haverá despejo! A senhora não pode aceitar passivamente essas notificações desses fiscalzinhos de merda! Eles não têm nenhum poder! Só querem plantar o terrorismo aqui dentro! A senhora é uma cidadã de direitos! Não precisa ter medo e sair correndo entregar o dinheiro que a senhora não tem para a empreendedora!

[dona Maria] Mas eu tenho medo de ficar devendo... Eu nunca fiquei devendo na minha vida e não é agora que eu vou começar... Eu tenho muita fé em Jesus e no Espírito Santo!

[Juliano] Então use a sua fé e o nosso movimento e não assine mais esse papel. Porque essa é a estratégia deles! Eles querem que todo mundo assine com medo, fazer todo mundo refém da empresa! Só que eles não

são ninguém! A senhora não parece que tem fé! Tem que ter fé que as coisas vão melhorar, a senhora vai ver! Mas não saia correndo pra pagar as suas dívidas! Não se entregue!

[dona Maria] Sabe que tu tens razão! Eu não vou mais me preocupar tanto com isso! Muito obrigado, viu, Juliano! Deus te abençoe!

A atividade do líder diz respeito, portanto, a um duplo procedimento: de um lado, é preciso (re)constituir – tal como o xamã ou o profeta religioso (ao nível coletivo) e o psicólogo ou o psicanalista (ao nível individual) –, o sentimento de pertencimento à coletividade, por meio do acionamento, da manipulação e criação de diferentes elementos constitutivos do processo de transição, pelo qual esses sujeitos se percebem construindo a percepção dessa experiência. Por outro lado, sua reputação e qualidade como liderança depende do emprego de certas competências que o colocam em ação em espaços extrínsecos e inacessíveis àqueles do sujeito ordinário da comunidade. A Juliano caberá, portanto, reconhecer e avaliar a ambiência simbólica e o tom subjetivo dos estados emocionais daqueles indivíduos que estão sob o seu jugo enquanto líder comunitário, e canalizar tais experiências de modo a produzir efeitos de mediação política, isto é, a operarem como conectores eficazes no âmbito das reuniões na Câmara de Vereadores.

Do jeito que estão as coisas, as pessoas tão querendo desistir, fazer protesto, voltar pra rua. Desse jeito não dá, tem que fazer tudo dentro dos direitos, da mobilização pacífica, se não vai ser pior, a gente perde a nossa razão. (...) Mas de qualquer modo na próxima reunião da Comissão de Finanças a gente vai cobrar uma posição mais incisiva dos vereadores, porque eles continuam nessa de que nada está acontecendo. Eles têm que deixar de usar isso como palanque eleitoral! Nós vamos dar um *ultimato*! Dependendo da resolução, a gente vai dali direto pra frente da prefeitura. E na terça aquela Câmara vai ser pequena pro nosso movimento. Porque até o bloco A vai, eles também não estão mais vendendo tão bem assim.

4 – Considerações Finais: os trajetos identitários do(s) sujeito(s) econômico(s)

O deslocamento até o camelódromo implica, sobretudo, uma caminhada, uma dinamicidade, uma movimentação que faz referência a pelo menos duas dimensões complementares: ao mesmo tempo em que inaugura um trajeto espacializado, isto é, um percurso objetivamente delineado no seio da paisagem constitutiva da região centro da cidade, ele é, também, e antes de tudo, um movimento narrativo, ou seja, construtor de uma certa temporalidade em deslocamento. Do ponto de vista do antropólogo em campo, problematizar o movimento implica, seguramente, considerar o seu próprio itinerário a partir desta dupla semântica: de um lado, o movimento que o etnógrafo realiza *junto com* a alteridade, descobrindo o espaço no acompanhamento dos trajetos objetivos por entre corredores e paredes do camelódromo; por outro lado, as manobras que o antropólogo realiza para *colocar a alteridade em movimento*, procurando suscitar e acompanhar os deslocamentos espaciais e físicos que a própria narrativa desse indivíduo sugere.

As narrativas acerca da dinâmica da transição colocam em jogo, de um lado, o problema do *tratamento* e, por extensão, da qualidade das relações com as instituições que fundamentam a perspectiva de legalização subjacente ao projeto de camelódromo. Se os procedimentos jurídicos-formais de visibilização da mão-de-obra informal se colocam como inevitáveis, do ponto de vista da construção desses sujeitos, então nada mais legítimo do que fazer valer a perspectiva do cidadão demandante de direitos, amparado por sua vez, entre outras coisas, na manipulação da cultura escrita, através do documento que autoriza, legalmente, a ocupação contratual dos boxes. Nesse sentido, a ambivalência no tratamento por parte dos agentes encarregados da fiscalização – através do emprego de técnicas ou dispositivos de promoção da violência física, estética e moral que fazem menção àquelas utilizadas na rua, quando eram consideradas legítimas – implica o não reconhecimento das novas condições inauguradas com a abertura das lojas.

Por outro lado, essa positivação da legalidade esbarra, a todo o momento, no cumprimento e na incorporação dos “ônus” da mudança; se o Estado é rechaçado ao tratá-los com a ambigüidade característica da transição entre a informalidade e a legalidade, não é menos reprovado por instituir precisamente os critérios de ocupação e visibilização das fronteiras do que é estar no camelódromo. As “vantagens” advindas da instrumentalização, do papel assinado, do alvará em dia, são assim obliteradas pelas preocupações em fazer cumprir o pagamento das novas taxas financeiras: alugueis semanais, serviços de condomínio, contas de luz, telefone, internet e cartões de crédito, despesas com a manutenção da infraestrutura dos espaços e das mercadorias, etc. Somam-se a isso as tentativas de consolidação do esquadramento do tempo e do espaço, através da instauração de prazos e horários rigidamente afixados e horizontalmente individualizados; de espaços de comercialização que exigem a maximização funcional de sua arquitetura interna, a distribuição equânime de pessoas e objetos, enfim, a padronização externa das diferenças em favor da diversificação interna da organização do espaço.

De certa forma, é o “mundo” da rua que é preciso traduzir e insuflar para dentro da banca de cerca de quatro metros quadrados; é no âmbito da banca que doravante deverão ocorrer as competições de diferenciação de objetos, técnicas e pessoas, não mais na apropriação do espaço externo. Aqui, o corredor é projetado para a “livre circulação”: na rua, era o próprio corredor, através das calçadas, que importava apropriar e se constituía no cenário das disputas pela diferenciação estética da comercialização de produtos que, em sua essência, eram semelhantes. É, portanto, uma homologia semântica que se

pretende atingir entre as posições simbólicas ocupadas por cada agente nesses campos tão clivados quanto a amplitude da distância social que separa a rua do camelódromo.

De modo que a espessura simbólica desse trajeto de deslocamento implica um constante tensionamento em relação às figuras liminares que compõem a paisagem do novo espaço de trabalho, tais como os agentes de fiscalização, os representantes do Estado, os administradores da empresa, os próprios “comerciantes populares” (em sua diversidade biográfica e de engajamentos), bem como os novos e antigos camelôs que permaneceram na rua ou na “lista de espera”, e que paulatinamente retornam aos seus antigos pontos nas calçadas das ruas do centro e nas escadarias de acesso ao camelódromo. A dinâmica da legalidade não exclui diferentes estratégias de aproximação ou afastamento de cada um desses vários posicionamentos e universos de pertencimento social; ao contrário, o que a própria trajetória de Juliano indica é um flerte com o universo moderno-racional do cidadão de direitos ao nível da mobilização pública e da politização dos símbolos da transição, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista subjetivo e das estratégias de produção do sujeito comerciante, permanecem certas táticas referenciadas ao universo da rua, e a incorporação de tantas outras que sinalizam a ambigüidade constitutiva da transição¹⁰.

Certa feita, enquanto caminhava pela saída do camelódromo, uma senhora que me acompanhava relatou-me: “Se for assim, eu digo pro Secchim que eu vou colocar 10 cavalos para fazerem divulgação da minha lojinha e levar os clientes pra lá. E digo também que eu vou vender meias do Paraguai, sim! Porque se não for assim, não tem como vender três por cinco reais! Se a gente tem que enfrentar o monte de intermediários não da pra gente ter um preço competitivo”. Esse ponto de vista justifica boa parte das tensões e insatisfações proferidas por esses comerciantes populares em relação ao tratamento recebido dos agentes de fiscalização do estado – para quem tal diferenciação, muito mais simbólica que efetiva, não se transfigura em práticas suficientemente reconhecedoras de suas novas condições jurídicas.

Ser comerciante popular significa, para esses indivíduos, acessar a categoria e o léxico definidor do cidadão de direitos – o que implica autonomia legal e moral diante do Estado

¹⁰ Tal é o caso, por exemplo, da incorporação de mercadorias “pirateadas” ao leque de possibilidades de comercialização, ao mesmo tempo em que, da perspectiva da construção identitária, preconiza-se um afastamento em relação aos camelôs que permanecem na rua e que, doravante, com a construção do camelódromo, deverão ser, por excelência, o alvo dos agentes de fiscalização da SMIC. Neste caso, o que os diferencia não são as práticas e saberes que orientam as estratégias de comércio e a seleção das mercadorias – já que entre ambos os casos há somente uma diferença de grau e não de natureza – mas, sobretudo, a forma como os estabelecidos nos espaços do camelódromo postulam e constroem suas especificidades identitárias, legais e posicionais, em oposição ao camelô ordinário que nem ao menos possui qualquer papel homologado pelo Estado que lhe assegure o direito ao livre comércio.

na busca de seus objetivos particulares, entre os quais estão as escolhas das táticas de comercialização e dos produtos vendidos. Desse ponto de vista, portanto, a inevitável produção de dignidade que veio junto com a instituição do projeto de camelódromo implica considerar a transição como uma escolha mais ou menos espontânea por parte dos indivíduos afetados pelo processo, diante das vantagens claras oferecidas pela legalidade. Por outro lado, ser cidadão implica também, para estes indivíduos, a possibilidade de reivindicar os direitos constitucionais mais fundamentais, que são, então, apresentados como responsabilidade do Estado. Dessa perspectiva, a relação Estado / sociedade civil aparece fundamentada a partir da lógica do patronato, como uma espécie de clientelismo assimétrico em que é obrigação do Estado – essa instituição onipotente e onisciente – prover a proteção e o sustento de seus membros, sobretudo daqueles que historicamente foram aliados do processo de participação democrática e que agora demandam políticas de reconhecimento diferenciadas a partir de uma concepção multicultural de Estado.

Dentro desse universo heteróclito são extraídas as ferramentas que constituirão, por mecanismos de bricolagem, a própria identidade e especificidade existencial e discursiva de meus informantes – um grupo particular no interior desse campo de forças. Essas idiosincrasias são, assim, imanentes à própria dinâmica da correlação de forças entre as posições diferenciadas ocupadas por cada um desses agentes em campo – e não são, de forma alguma, cristalizadas ou essencializadas como a categoria “identidade” pode eventualmente sugerir. No seio desses tensionamentos e deslocamentos simbólicos, corre-se o risco sempre presente de tomar como características particulares relativas à constituição de um determinado pertencimento de grupo aquilo que, por vezes, é apenas a discursividade ou narrativização contingente e situacional de um dado sujeito em meio a esse universo e mergulhado num contexto particular de enunciação diante de determinado receptor, cujo conjunto de variáveis e influentes, tão heteróclito quanto possa ser, parece a todo o momento escapar a qualquer tentativa de definição que pressuponha certa categorização homogeneizadora.

Se na esfera de bastidores relativa à constituição do sujeito econômico do camelódromo, observa-se, ao longo de 2009, algumas modificações tácitas e tímidas em termos de estratégias de apresentação dos produtos e de distribuição e composição do “mix” de mercadorias – talvez no sentido de uma certa especialização setorial de determinadas modalidades de bens – há, por outro lado, uma acirrada problematização nos espaços públicos de discussão que debatem disputadamente as razões dos insucessos de parte dos comerciantes populares diante de outros, mais afortunados e predispostos à

concorrência e à sobrevivência mercadológica. Nessas ocasiões, o mesmo comerciante que opera à reinvenção de sua subjetividade e das técnicas e artes de fazer relativas ao comércio informal, é investido de uma outra postura subjetiva e discursiva ante os agentes de Estado, diante dos quais é preciso dramatizar determinadas técnicas narrativas e performáticas que visem à desresponsabilização do sujeito em dificuldades financeiras no camelódromo, de modo a fazer ressaltar a dimensão assimétrica da relação mantida com o Estado e, por extensão, do sentimento de expropriação e exploração subjetiva desses sujeitos a partir da consagração de um projeto que não teria passado pela discussão democrática de seus critérios de implementação. É a partir da discussão e da intervenção de Juliano enquanto mediador político nos espaços públicos, sobretudo no acionamento da Câmara e da Prefeitura, que a formulação de discursos de insatisfação que confrontem diretamente a lógica local da reciprocidade com as práticas de gestão adotadas pelo Estado – e, com ele, de um modelo específico de cidadão “comerciante popular” – se torna pensável por parte da comunidade. Mais uma vez: é a partir dessas disputas que o próprio sentido desse pertencimento coletivo e identitário, de seus hiatos e lapsos em termos dos indivíduos que compõem essa rede, de suas particularidades biográficas e identitárias, é desenhado e trabalhado, num processo constante de bricolagem artesanal no campo indestrinçavelmente associado da subjetividade, da economia e da política.

Referências Bibliográficas

- BERGER E LUCKMANN. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. “O ser social, o tempo e o sentido da existência”. IN: Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Esboço de uma teoria da prática. IN: Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática 1983.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis, Vozes, 1994.
- DIAS DUARTE, L. F. “A construção social da pessoa moderna” In: Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas. RJ, Jorge Zahar Editor/Cnpq, 1986. p. 35 a 58.
- DUMONT, Louis. O individualismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. IN: Microfísica do Poder. RJ: Graal, 1979.
- GOLDMAN, Marcio. “Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa”. In: Alguma Antropologia. RJ, Relume Dumara, 1999. p. 21 a 38.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 1974.
- RICOEUR, Paul. Tempo e Narrativa. Tomo I e II. Campinas: Papyrus, 1994.
- SAHLINS, M. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica”. MANA 3(1), 1997.
- SOUZA LIMA, A. C. [org]. “Introdução”. IN: Gestar e Gerir. RJ: Relume Dumará, 2002.
- TURNER, Victor. Dramas, Campos e Metáforas. Niterói: Ed. UFF, 2008.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- WAGNER, H. [Org.]. Fenomenologia e relações sociais. Textos de A. Schutz. RJ: Zahar, 1979.